



## Seminário internacional do CPC: Veja aqui o alcance das novas normas

25/10/19

A nova norma que trata da Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o lucro, em vigor este ano, só alcança o IR e a CSLL. Essa foi uma das conclusões tiradas nas exposições e debates realizados acerca principalmente da efetiva abrangência do novo normativo durante o **XVIº Seminário Internacional do CPC sobre Normas Contábeis Internacionais**, realizado no início desta semana em São Paulo, tendo como uma de suas apoiadoras a PwC. "Ficou claro também que as empresas e organizações em geral devem fazer avaliação de seus procedimentos tributários de risco mais comuns e que têm maiores probabilidades de serem questionados pela Receita", resumiu Edison Arisa, Presidente da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis..

Também no intuito de orientar as empresas e demais organizações muito se discutiu as aplicações práticas de um outro normativo que entrou em vigor este ano e que trata da questão do arrendamento (IFRS 16/CPC 06 R2). As discussões giraram em torno dos temas mais relevantes e especialmente sobre a taxa de desconto a ser aplicada ao passivo. É esperado que a CVM - Comissão de Valores Mobiliários divulgue um ofício orientador sobre este tema nos próximos dias.

Do evento participaram mais de 320 pessoas, entre contabilistas, auditores, advogados e outros representantes de empresas, além de autoridades dos órgãos reguladores.

### Orçamento: evento será levado agora à Belo Horizonte e Brasília

A Ancep prepara-se agora para realizar com o mesmo sucesso das anteriores novas apresentações que serão feitas em **Belo Horizonte (04/11)** e **Brasília (05/11)** do seminário **Orçamento EFPCs: Gestão e Práticas Aplicadas aos Fundos de Pensão**.

As apresentações anteriores aconteceram no Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Salvador (BA), e Porto Alegre (RS). O sucesso é atribuído à oportunidade do tema e à qualidade técnica do evento.

A qualidade técnica é uma constante do programa de treinamento da ANCEP e, no caso do seminário sobre orçamento, essa marca é garantida pela entrega do evento à Maria Elizabete da Silva - Controller da FACHESF; Diretora Técnica da ANCEP; Coordenadora da CTR Nordeste da ABRAPP; Especialista em Controladoria de EFPC; Pós Graduada em Finanças,

Auditoria, Controladoria, Gestão de Orçamento e Custos; Instrutora da ANCEP, UNIABRAPP e FACHESF; Professora do Centro Universitário Estácio.

O objetivo do seminário é capacitar os treinandos para elaboração, execução, acompanhamento e controle do Orçamento Geral, conforme metodologias e métodos que predominam atualmente nos mais modernos e controles ambientes com a finalidade de atender às exigências legais aplicadas aos Fundos de Pensão.

## Intervenção no Postalís deve se encerrar ainda este ano

A intervenção do Postalís deve ser encerrada até o fim do ano, estima Walter Parente, auditor fiscal designado interventor. O plano de benefício definido (BD) da fundação tem um déficit a ser saneado de R\$ 12 bilhões diante de um patrimônio de R\$ 3 bilhões e a melhor saída, diz Parente, seria a migração dos participantes para um plano de contribuição definida (CD), medida que para ser concretizada ainda depende da aprovação da Previc, diz o Valor Econômico.

O déficit representa 80% do montante de R\$ 15 bilhões necessários para pagar os benefícios aos participantes, a chamada reserva matemática. Se fossem aprovadas novas contribuições extras, elas representariam 40% dos benefícios dos aposentados e 30% dos salários dos que ainda estão na ativa, o que é inviável, na visão do interventor.

A criação de um plano de contribuição definida visa evitar a liquidação do plano BD. Se isso acontecer, o vínculo jurídico dos associados com o plano seria cortado e eles não teriam direito a futuras recuperações de investimentos temerários ou malsucedidos que o Postalís ainda busca.

Desde outubro de 2017, o interventor e sua equipe já conseguiram retornar à fundação R\$ 137,8 milhões, por meio de execuções judiciais de devedores inadimplentes. Também apresentou denúncias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já julgou alguns casos relacionados a fundos de investimentos do Postalís.

## Mais servidores estáveis aderem à Prevcem

Cresce o interesse de servidores antigos, com direito à aposentadoria integral, em aderir à Prevcem, noticia o portal SEGS.

As adesões de funcionários estáveis, que ocupavam cargos antes da abertura dos planos da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcem), têm crescido em ritmo constante na entidade. Os relatórios de setembro registram que 23,5% do total geral de 34 mil inscritos correspondem a servidores com direito à aposentadoria integral ou proporcional que decidiram investir na instituição.

A legislação que autorizou o acesso ao sistema a todos os concursados nomeados até janeiro de 2013, sem a contrapartida do governo estadual, foi sancionada há apenas dois anos e meio e, neste período, a Prevcem acumulou mais de 8 mil inscrições de ativos anteriores que avaliam a Fundação como a melhor alternativa para acumular capital e agregar um valor adicional à remuneração que irão receber ao se aposentar.

Os números apurados pela entidade apontam que a contratação de benefícios de risco junto à Seguradora Mongeral Aegon, parceira da Prevcem, já constitui a opção de mais da metade dos participantes. A proteção extra foi adquirida por 17 mil inscritos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que compõem os quadros do governo paulista, além de servidores de Rondônia e de municípios conveniados ao plano multipatrocinado.

## Fusan adota energia solar

Diversas entidades estão investindo em sistemas de energia solar fotovoltaicos. O grupo, que inclui Previ, Capef e Ceres, entre outras, acaba de ganhar a adesão da Fusan, noticia o portal da revista Investidor Institucional.

Desde setembro, a sede da entidade, em Curitiba, está transformando a luz do sol em energia elétrica. A medida proporcionará uma redução de custos energéticos por volta de R\$ 32 mil por ano, com retorno do investimento em 3,7 anos.

Na gestão Pedro Parente, a BRF, dona da Sadia e da Perdígão e de cujo capital Petros e Previ detém 22%, quase dobrou seu valor de mercado e está lançando 85 produtos neste ano